

\* 8 JUL 1980

O GLOBO

# Marchezan repele Constituinte e diz que Figueiredo é a solução

**PORTO ALEGRE (O GLOBO)** — O líder do Governo na Câmara, Nelson Marchezan, disse ontem que "até o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, se traiu e pediu a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com o presidente Figueiredo".

"Depois de dizer que 'sem Figueiredo não há solução'", o deputado Nelson Marchezan lembrou:

— E notem que o deputado Ulysses Guimarães sempre foi um crítico do presidente, algumas vezes além dos limites tolerados.

Reunido com deputados das bancadas estadual e federal do PDS gaúcho, o líder disse que é preciso dar apoio ao presidente Figueiredo, "pois ele é a única pessoa no País a receber apoio de parcela considerável da população, das Forças Armadas e de grande maioria dos parlamentares".

Figueiredo — disse — é o centro, onde se situam as grandes teses de redemocratização do País.

## DEFESA

O deputado Nelson Marchezan reuniu-se com o governador Amaral de Souza, o vice-governador Otávio Germano, o ex-ministro Pratini de Moraes e vários secretários de Estado, entre os quais o da Segurança, Leivas Job, além de parlamentares.

Durante várias oportunidades o líder teve de defender o Governo das críticas dos parlamentares do PDS. Nelson Marchezan disse que, desde a publicação, no jornal "Hora do Povo", de uma lista de autoridades acusadas de terem depósitos

bancários na Suíça, tem notado uma campanha que pretende denegrir a imagem do Governo, e conclamou os parlamentares do PDS a responderem a todas as críticas.

## CONSTITUINTE

O líder governista disse ser contrário à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, "porque apenas daria uma roupagem jurídica a aspectos institucionais do País, mas não resolveria o problema da inflação, da habitação e outros que afligem o povo. O Congresso pode muito bem realizar as reformas de que a Constituição necessita e isto já está sendo feito".

— No segundo semestre — disse — será votada a emenda das prerrogativas; um código que regule a propaganda política nos meios de comunicação e não a simples extinção da Lei Falcão, como ocorreu agora, e outras leis de importância. Tudo indica que o Governo apóia e estimula medidas que procurem restabelecer a normalidade institucional e política do País.

O líder previu que até o fim do ano a inflação terá um pequeno declínio, "mas durante um ano ou dois a situação econômica do País será difícil".

— No próximo ano — concluiu — os programas que o Governo adotou para combater a inflação começarão a dar respostas. Como prova do interesse em debater os problemas, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, irá à Câmara em agosto para discutir os assuntos de sua área e ouvir o que os parlamentares têm a sugerir. O que não é admissível é a atuação de setores da oposição, que só criticam e não apresentam nenhuma sugestão melhor do que aquilo que nós temos feito até agora.

## Djalma Marinho sugere reforma com urgência

**BRASILIA (O GLOBO)** — O presidente da comissão que elaborou a emenda das prerrogativas do Legislativo, deputado Djalma Marinho, defendeu ontem a realização de "uma ampla reforma constitucional, já no segundo semestre, pelo próprio Congresso Nacional, que dispõe de poderes constituintes".

Se o Governo prega essa reforma, como consta das declarações do presidente do seu partido, senador José Sarney — perguntou — por que não realizá-la agora e já?

Djalma Marinho lembrou que a idéia foi defendida por ele, em abril deste ano, em discurso na Câmara. Sua tese é a de que o Congresso deve utilizar-se dos poderes de que dispõe e fazer uma ampla reforma constitucional, com base na Carta de 67, "para institucionalizar a Revolução de 1964".

Marinho criticou a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, "porque levaria ao fechamento do Congresso, e então a Nação entraria num túnel negro de proporções inimagináveis e voltaria a ser governada pelo arbítrio, sem a Câmara e o Senado".

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Com relação ao pleito municipal, disse Djalma Marinho que "eleições são sempre desejáveis, mas, em função da lei que as regula, não está sendo possível o cumprimento dos prazos estabelecidos, de modo que em novembro não há mais condições para que se realizem".

Na opinião do deputado, "melhor seria que fossem adiadas por um ano, em vez de serem prorrogados os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores por dois anos". Mas, acrescentou, a prorrogação por dois anos ainda é melhor que a intervenção, "que fere a tradição brasileira e é antidemocrática".

Djalma Marinho disse ainda que espera muito da emenda que elaborou, juntamente com outros deputados, restabelecendo as prerrogativas do Congresso. Mas espera mais da regulamentação do artigo 45 da Constituição, "que faculta ao Legislativo a fiscalização dos atos do Executivo, já anunciada pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel".

— Está sim — concluiu — será a grande prerrogativa do Legislativo.

## Brizola louva tendência reformista do Governo

O ex-governador Leonel Brizola elogiou ontem, no Rio, a declaração do presidente do PDS, senador José Sarney, de que o Governo poderá promover uma ampla reforma constitucional até 1982. Para Brizola, "finalmente surge no Governo uma preocupação global com o problema da reconstrução institucional".

Segundo ele, "cabe à Oposição abrir o debate sobre as reformas constitucionais, apresentando propostas concretas que venham a se inspirar nos reclamos da Nação". E concluiu:

— Não acalentemos esperanças de que o Governo como um todo venha a formular uma emenda constitucional que corresponda às aspirações gerais do povo. O situacionismo tem agido mais preocupado em adaptar-se às novas situações criadas pela abertura e sob a condição de continuar controlando o poder e a economia, em lugar de se mostrar sensível ao que vem reclamando a Nação. O que se quer é uma abertura democrática real, e não uma simples liberalização do poder autoritário.

## Veiga diz que debate não atrasa a emenda

**BRASILIA (O GLOBO)** — O presidente da Comissão Mista que examina a emenda das prerrogativas do Legislativo, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), disse ontem que as conferências a serem proferidas por quatro juristas perante o órgão e os debates a serem realizados em várias capitais não retardarão os trabalhos, como teme o deputado Djalma Marinho (PDS-RN).

Depois de dizer que "tudo o que parte do deputado Djalma Marinho merece sempre a maior consideração e a mais alta reflexão", ressaltou o deputado Pimenta da Veiga:

Quero dizer que, nesse caso, estamos rigorosamente acordos, porque uma

das maiores preocupações que temos é agilizar os trabalhos da comissão, para a mais rápida decisão.

Pimenta da Veiga explicou que a decisão da Comissão Mista no sentido de que a maioria indicasse dois juristas e a minoria outros dois visou a reduzir o número de palestras e, conseqüentemente, a ganhar-se tempo para uma decisão sobre a emenda".

A tendência, segundo disse, era para a indicação de um maior número de conferencistas. Sobre os debates públicos nas capitais, Pimenta da Veiga lembrou que serão realizados durante o recesso e que, portanto, não prejudicarão o andamento dos trabalhos da comissão.

ANC 88  
Pasta 80/81  
037/1980